

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.761.886 - MG (2020/0245980-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : MARCIONILIA NETA DE SOUZA
ADVOGADOS : EDUARDO AUGUSTO SILVA TEXEIRA - MG105742
BRUNA MARA DOS ANJOS - MG110422
LUIZA GONCALVES DE SOUZA SILVA - MG148767
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS
ADVOGADO : RONNY MARINHO - MG089160

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MARCIONILIA NETA DE SOUZA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – QUEDA DECORRENTE DA MÁ CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS – COMPLICAÇÕES NA CIRURGIA E RETROCESSO EM PROCESSOS TERAPÊUTICOS ANTERIORMENTE INICIADOS QUANTUM IMPOSTO PELO DANO EXTRAPATRIMONIAL – RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – MAJORAÇÃO. O valor da indenização por danos morais deve ser determinado com razoabilidade, sem permitir o enriquecimento absoluto do lesado, ou que o valor seja irrisório, prevalecendo o duplo aspecto retributivo e preventivo, havendo espaço para a majoração parcial do montante fixado em sentença.

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – SENTENÇA CONDENATÓRIA – CRITÉRIO OBJETIVO – MANUTENÇÃO DA FORMA DE ARBITRAMENTO DA PARCELA. O Código de Processo Civil, em seu art. 85, §§3º e 4º, delimita critérios objetivos para definição dos honorários, estabelecendo, para a hipótese em que houver condenação, que seu valor seja considerado como base de cálculo da parcela, prescrevendo, adicionalmente, quais serão as alíquotas incidentes sobre ela. Recurso parcialmente provido.

Alega divergência de interpretação jurisprudencial relativa ao art. 944 do Código Civil, no que concerne à irrisoriedade do valor fixado como indenização por danos morais, trazendo os seguintes argumentos:

Restou demonstrado que o grau da reprovabilidade da conduta

omissa do ente público recorrido gerou graves danos a saúde física e mental da recorrente, o que justifica a reforma do quanto fixado para se ajustar a proporção dos danos a razoabilidade do valor da indenização.

Constata-se que o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) majorados pela 3ª Câmara Cível do TJMG não está condizente com os parâmetros utilizados por esta Colenda Corte Superior, acerca da aferição da proporcionalidade e da razoabilidade, já que para o caso identificado no Acórdão dissidente, foi fixada a indenização por danos morais no valor correspondente a 200 (duzentos salários mínimos).

Novamente é preciso ressaltar a similitude dos casos em apreço que com as suas devidas peculiaridades e circunstâncias se assemelham e identificam ao Acórdão proferido por esta Colenda Corte Superior, no que tangencia a motivação dos fatos e os danos causados decorrente da omissão do município em zelar pela calçada pública que pelo buraco existente veio a causar danos a recorrente decorrente do acidente. (fls. 281).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico, que exige a transcrição de trechos dos julgados confrontados, bem como a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência, com a indicação da existência de similitude fática e identidade jurídica entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois a parte agravante não efetuou o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ”. (AgInt no REsp n. 1.840.089/CE, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/6/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no REsp n. 1.849.315/SP, relator Ministro Marcos Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1º/8/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.617.771/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 13/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.422.348/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.456.746/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 3/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do

recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente